

## Convite ao enfrentamento do racismo e da discriminação

No final de 2007, veio a público uma das principais obras sobre a história do movimento negro brasileiro. O livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, organizado por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, busca dar escrita às vozes de algumas das principais lideranças negras dos anos 1970 e 1980. Histórias como a da criação do Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, em 1971, a da fundação do primeiro bloco afro na Bahia, o Ilê Aiyê, em 1974, assim como a da formação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, em 1980, por exemplo, estão pela primeira vez lado a lado com histórias de organizações criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida entre 2003 e 2007 no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O resultado é um livro de dez capítulos, organizado ao longo de três marcos temporais principais: a elaboração da Constituição Federal e as comemorações em 1988 dos 100 anos da abolição da escravidão; as comemorações em 1995 dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares; e a realização em 2001, em Durban, na África do Sul, da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância. A escolha desses marcos temporais estruturantes indica um importante fato da organização

do texto, que demonstra como o movimento negro brasileiro não é algo alheio à história nacional, mas, sim, uma contribuição decisiva para a atual configuração e consolidação da democracia brasileira.

Os cinco primeiros capítulos do livro nos fornecem um quadro em que se percebe, a partir da “descoberta da questão racial” pelos entrevistados, contida no primeiro capítulo, como o enfrentamento do racismo e discriminação racial emerge das experiências de vida do negro brasileiro enraizadas na memória viva do escravismo e da pós-abolição. O grupo de entrevistados representa a “ponte geracional” entre a histórica luta dos antigos militantes do período anterior aos anos 1940 com a nova conjuntura internacional, que se definiu a partir dos anos 1950 com os protestos pelos direitos civis nos Estados Unidos, pela luta de independência dos países africanos e o movimento pela negritude formado por intelectuais africanos e afro-caribenhos.

Outro elemento marcante nesses cinco primeiros capítulos é a relação dos militantes do movimento negro com as organizações de esquerda – partidos políticos, organizações clandestinas, grupos religiosos católicos vinculados à teologia da libertação –, de onde emergiram as primeiras organizações do movimento negro durante a ditadura militar de 1964 e de onde se estabeleceram as principais estratégias de enfrentamento do racismo. Outro ponto marcante é a criação do Move-

mento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), que se torna a principal entidade do movimento negro brasileiro nos anos 1980 e de onde vão emergir muitas das atuais entidades do movimento.

Do sexto ao nono capítulos os entrevistados apresentam como o movimento negro toma densidade e passa a configurar-se como um dos principais interlocutores na formulação de políticas públicas anti-racistas. O debate em torno da Constituinte e a denúncia da farsa da abolição durante a comemoração do primeiro centenário da Lei Áurea, ambos em 1988, são os principais marcos desse processo que resultaram na Marcha Zumbi dos Palmares Contra a Discriminação Racial, no ano de 1995, e no compromisso assumido pelo governo brasileiro pela adoção de políticas de ações afirmativas na conferência de Durban em 2001. No último capítulo, os entrevistados são convidados a realizar um balanço sobre o movimento negro e as relações raciais na atualidade.

O livro convida os leitores a mergulhar numa narrativa da história recente do país a partir das experiências de militâncias políticas do negro brasileiro, o que nos apresenta uma ótica da história brasileira enraizada na crítica daqueles que após 120 anos da abolição da escravidão e 20 anos da redemocratização permanecem excluídos dos benefícios sociais, econômicos e políticos.

Waldemir Rosa



**Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**

Org. Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira  
Pallas Editora, Rio, 2007, 528 páginas, R\$ 55,00

## Desconstruindo Estados (*ma non troppo...*)

Não houve, no decorrer dos anos 1990, uma idéia mais equivocadamente rejeitada (sobretudo pela esquerda) do que o pretenso “fim da história”, que teria sido decretado pelo autor nipo-americano Francis Fukuyama. Até a orelha deste livro incorre no equívoco, ao afirmar que “Fukuyama previu o ‘fim da história’ com a ascensão da democracia liberal e do capitalismo global”.

Nada mais errado, inclusive porque ele não defendia uma tese, mas discutia uma hipótese, e ela vinha seguida de um ponto de interrogação ignorado pelos críticos “de orelha”. Em todo caso, Fukuyama parte agora para o fim dos Estados, ou, pelo menos, dos Estados falidos. Ele parece dar substância intelectual às teses do “novo império”: seria perigoso deixar Estados falidos nas mãos de terroristas e traficantes, daí a proposta de colocá-los sob assistência de Estados “responsáveis” até que eles possam “melhorar”.

Dito com tal franqueza, parece que ele redigiu o manual do intervencionismo para os propugnadores da “ação preventiva”. Não é bem isso, mas Fukuyama oferece, sim, uma justificativa para revisar Westfália, isto é, os arranjos políticos que se baseiam na soberania absoluta dos estados constituídos. Ele lembra que as bases para a erosão da soberania foram lançadas antes da doutrina Bush, nas intervenções humanitárias dos anos 1990. Em face de violações dos direitos humanos, as grandes potências, agindo em nome da

legitimidade democrática, têm não apenas o direito, mas o dever de intervir.

Ele coloca claramente sua nova tese – promover a governança dos Estados fracos, melhorar sua legitimidade democrática e fortalecer instituições auto-sustentáveis –, que passa a ser o projeto central da política internacional contemporânea. É o chamado *nation-building*, mais fácil de dizer do que fazer, como demonstrado pela experiência macabra do Iraque. Na verdade, construir uma nação é algo virtualmente impossível, ainda que a remodelagem dos Estados seja possível, mesmo se o caso do Haiti também demonstre que, na ausência de forças nacionais comprometidas com o projeto, nenhuma imposição externa é bem-sucedida.

Esta é, porém, a parte mais política (e polêmica) do livro, seu terceiro capítulo, no qual ele critica inclusive os falcões republicanos que estão conduzindo a desastrosa experiência de “reconstrução” do Estado iraquiano. Os dois primeiros capítulos tratam da chamada “estatidade” e do “buraco negro” criado pelos Estados fracos. Este é o problema crucial da nossa época, que nunca viu tanta prosperidade e tantos fracassos acumulados. Ele não vê nada de errado no consenso de Washington, reconhecendo que o Estado precisa ser reduzido em certas áreas, mas fortalecido em outras.

Fukuyama estabelece as funções do Estado ao longo de um eixo que parte de funções mínimas (bens públicos, segurança e um pouco de equidade), pas-



### Construção de Estados: governo e organização no século XXI

Francis Fukuyama

Editora Rocco, 2005, 172 páginas, R\$ 29,00

sa por funções intermediárias (fatores externos, educação, serviços públicos e regulação, com alguma redistribuição social) e chegando a funções ativistas (políticas setoriais e redistribuição de ativos). Em função dessa tipologia, ele divide os Estados em diferentes quadrantes, segundo a força das instituições e a amplitude das ações do Estado: infelizmente, muitos estados de países em desenvolvimento assumem muitas funções que não conseguem desempenhar bem. O Brasil é citado como um exemplo de problema com o seu federalismo fiscal, o que pode acarretar déficits orçamentários.

Sua conclusão é a de que o Estado precisa ser menor, porém mais forte, isto é, dotado de instituições capazes de responder aos desafios que são colocados pelo crescimento da economia global.

Paulo Roberto de Almeida